

PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA: 8.1 A prova objetiva de múltipla escolha terá caráter eliminatório e classificatório e versará sobre Conhecimentos Específicos e Língua Portuguesa, conforme quadro a seguir: Conteúdos Quantidade das questões Conhecimentos Específicos 20 questões Língua Portuguesa 10 questões 8.2 A prova objetiva de múltipla escolha constará de 30 (trinta) questões, cada uma com 4 opções de resposta, das quais apenas 1 (uma) correta. 8.3 A nota da prova objetiva de múltipla escolha será calculada à razão de um ponto por acerto, totalizando 30 (trinta) pontos. 8.4 Será considerado eliminado da Seleção Pública o candidato que não alcançar o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do total de pontos atribuídos ou que tiver obtido nota 0 (zero) em qualquer um dos conteúdos que compõem a prova objetiva de múltipla escolha, previstos no subitem 8.1.

DIREITO CIVIL.

1. Quanto às perdas e danos, assinale a alternativa correta.

A) Contam-se os juros de mora desde a citação inicial.

B) Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, apenas o que ele efetivamente perdeu.

C) As perdas e danos, nas obrigações de pagamento em dinheiro, serão pagas com atualização monetária segundo índices estabelecidos pelo magistrado.

D) Ainda que a inexecução resulte de dolo do devedor, as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos.

2. Assinale a alternativa incorreta:

A) Prescreve em três anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.

B) Prescreve em três anos a pretensão de reparação civil;

C) A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

D) Prescreve em três anos a pretensão para haver o pagamento de título de crédito, a contar do vencimento, ressalvadas as disposições de lei especial;

3. É nulo o negócio jurídico, quando:

I - celebrado por pessoa absolutamente incapaz;

II - for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto;

III - por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.

IV - não revestir a forma prescrita em lei;

Em relação às assertivas acima, aponte a alternativa correta:

A) todas são verdadeiras.

- B) nenhuma é verdadeira.
- C) apenas as assertivas I, II e IV são verdadeiras.
- D) apenas as assertivas I e IV são verdadeiras.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

4. Assinale a alternativa correta:

- A) Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé somente como autor.
- B) De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser inferior a um por cento e superior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.
- C) De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.
- D) O valor da indenização será fixado pelo juiz ou, caso não seja possível mensurá-lo, liquidado por arbitramento ou pelo procedimento comum, em autos apartados.

5. Analise as seguintes assertivas:

- I - Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- II - Os processos de ações conexas serão sempre reunidos para decisão conjunta.
- III - Quando houver continência e a ação contida tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação continente será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.
- IV - Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.

Em relação às assertivas acima, aponte a alternativa correta:

- A) todas são verdadeiras.
- B) nenhuma é verdadeira.
- C) apenas as assertivas I, II e IV são verdadeiras.
- D) apenas as assertivas I e IV são verdadeiras.

6. Em relação ao cumprimento de sentença, é incorreto afirmar:

- A) Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.

B) No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 10 (dez) dias, acrescido de custas, se houver.

C) No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.

D) Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação.

DIREITO ADMINISTRATIVO.

7. Assinale a alternativa correta.

A) A autoridade competente para a prática de um ato administrativo tem sempre, em razão de seu poder hierárquico, a possibilidade de delegação e avocação.

B) Nos atos discricionários, o Poder Judiciário não pode, em hipótese alguma, apreciar o mérito do ato, assim considerada a análise da conveniência ou oportunidade.

C) O ato administrativo, praticado por autoridade incompetente, investido irregularmente no cargo, não produz qualquer efeito.

D) No caso de ato vinculado, praticado por autoridade incompetente, a convalidação é obrigatória pela autoridade competente se estiverem presentes os requisitos para a prática do ato.

8. Assinale a alternativa correta.

A) O poder de polícia tem como característica a discricionariedade, pelo que a Administração, ao expedir alvarás de autorização ou de licença, aprecia livremente a oportunidade e conveniência da medida.

B) A autoexecutoriedade, um dos atributos do poder de polícia, permite que a Administração ponha em execução as suas decisões sem precisar recorrer ao Poder Judiciário, independentemente de autorização legal.

C) O poder de polícia, atividade estatal que limita o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público, é exercido privativamente pelo Poder Executivo.

D) O poder de polícia é indelegável a pessoas jurídicas de direito privado por envolver prerrogativas próprias do poder público, insuscetíveis de serem exigidas por particular sobre o outro.

9. O ingresso da Polícia Militar em um presídio, em face de motim de presos ali existente, faz com que os detentos se desarmem e a retornem para suas celas. A posterior subida de policiais até as celas onde os presos já se encontravam pacificados para executá-los por meio de rajadas aleatórias de metralhadora provoca a

- A) responsabilização objetiva do Estado, desde que o abuso de cada agente público seja comprovado.
- B) não responsabilização do Estado porque houve concorrência de culpa das vítimas e os atos dos agentes decorreram do denominado poder extroverso da Administração.
- C) responsabilização objetiva do Estado em face da chamada teoria do risco.
- D) responsabilização subjetiva do Estado com necessidade de comprovação da culpa do comando da Polícia Militar e responsabilidade subjetiva de cada policial envolvido.

DIREITO TRIBUTÁRIO.

10. A respeito do lançamento tributário, é incorreto afirmar que:

- A) Compete privativamente ao próprio contribuinte constituir o crédito tributário pelo lançamento.
- B) Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.
- C) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- D) Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

11. Sobre as taxas é incorreto afirmar:

- A) As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- B) Para efeito de instituição e cobrança de taxas, consideram-se compreendidas no âmbito das atribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, aquelas que, segundo a Constituição Federal, as Constituições dos Estados, as Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios e a legislação com elas compatível, competem a cada uma dessas pessoas de direito público.
- C) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.

D) A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas.

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS:

12. Assinale a alternativa correta sobre as especificidades da sentença à luz dos artigos 38 a 46 da Lei 9.099/95.

A) É nula a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida na Lei 9.099/95.

B) O Juiz leigo que tiver dirigido a instrução proferirá sua decisão e imediatamente a submeterá ao Juiz togado, que somente poderá homologá-la ou proferir outra em substituição.

C) Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado.

D) O recurso será interposto no prazo de quinze dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

13. Assinale a alternativa correta.

A) Extingue-se o processo quando, falecido o réu, a habilitação depender de sentença ou não se der no prazo de trinta dias;

B) Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, sendo vedado às partes a apresentação de parecer técnico.

C) O mandato ao advogado sempre poderá ser verbal.

D) Ao término da instrução, ou nos cinco dias subseqüentes, o árbitro apresentará o laudo ao Juiz togado para homologação por sentença irrecorrível.

14. Em relação ao atos processuais, é incorreto afirmar:

A) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

B) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão os dias não úteis.

C) Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

D) A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio idôneo de comunicação.

15. É incorreto afirmar que:

- A) Todos os meios de prova moralmente legítimos, ainda que não especificados em lei, são hábeis para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes.
- B) Não instituído o juízo arbitral, proceder-se-á imediatamente à audiência de instrução e julgamento, desde que não resulte prejuízo para a defesa.
- C) As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.
- D) A contestação, que será oral ou escrita, conterá toda matéria de defesa, bem como a arguição de suspeição ou impedimento do Juiz..

DIREITO DO CONSUMIDOR:

16. Acerca da defesa do consumidor em juízo, assinale a alternativa incorreta:

- A) interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;
- B) interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;
- C) A conversão da obrigação em perdas e danos somente será admissível se por elas optar o autor ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.
- D) Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.

17. Sobre a decadência e a prescrição no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que:

- A) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis e, em sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- B) Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.
- C) Não obsta a decadência a instauração de inquérito civil.
- D) Prescreve em três anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço.

18. Aponte a afirmação correta:

- A) É abusiva qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.
- B) Para os efeitos deste código, a publicidade é abusiva por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.
- C) Presume-se exagerada, entre outros casos, a vantagem que ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence;
- D) A garantia contratual é complementar à legal e independe de termo escrito.

19. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas, exceto:

- A) condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;
- B) recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;
- C) enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;
- D) Estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação.

20. Marque a alternativa incorreta:

- A) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- B) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- C) No caso de fornecimento de produtos in natura, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, ainda que identificado claramente seu produtor.
- D) Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

PROVA DE PORTUGUÊS

21. Em todas as frases abaixo a concordância do verbo “haver” está correta, EXCETO:

- A) Havia dez interessados.
- B) Haviam 12 remédios na caixa.
- C) Aqui houve alterações.
- D) Amanhã fará dois anos.

22. Assinale a alternativa que traz a grafia CORRETA da palavra:

- A) impecílio.
- B) empecílio.
- C) impecilho.
- D) empecilho.

23. Assinale a alternativa que indica as palavras que preenchem de forma CORRETA as lacunas da frase abaixo:

“É _____ prudência na análise dos resultados, razão pela qual seguem _____ algumas regras a _____ observadas.”

- A) necessária; anexo; ser.
- B) necessário; anexo; ser.
- C) necessária; anexo; serem.
- D) necessário; anexas; serem.

24. Assinale a alternativa em que a crase foi INCORRETAMENTE empregada:

- A) Ela se refere à disparidade de forças entre homens e mulheres.
- B) A lei se destina à mulher hipossuficiente.
- C) Ele faz jus à proteção da lei.
- D) Não vou chegar à esse ponto.

25. Assinale a alternativa em que todas as palavras foram CORRETAMENTE grafadas:

- A) detenção; repercussão; acréscimo.
- B) detensão; repercussão; acréscimo.
- C) detenção; repercução; acréscimo.
- D) detensão; repercução; acréscimo.

26. Observe as frases abaixo:

I- Amanhã iremos à uma festa no clube.

II- O rapaz não obedeceu as orientações dadas durante o teste.

III- Aquela bela moça é candidata a rainha do Carnaval.

IV- O século que chegou à seus últimos anos presenciou fatos marcantes em diversas áreas do conhecimento científico.

V- O presidente disse que iria a Salvador e, mais tarde, a Brasília.

VI- Às vezes, o amor a primeira vista pode acontecer.

Podemos afirmar que, em relação ao uso do acento grave, seguem as normas da língua padrão as frases:

- A) I – II – III;
- B) IV – V – VI;
- C) III - V;
- D) II – III - VI

27. Em todas as frases, a concordância se fez corretamente, exceto:

- A) Os soldados, agora, estão todos em fila.
- B) Ela possuía bastante recursos para viajar.
- C) As roupas das moças eram as mais belas possíveis.
- D) Sairei de São Paulo hoje, ao meio-dia e meia.

28. Assinale a alternativa CORRETA:

- A) enfim, o Juiz de Direito converteu o julgamento em diligência a fim de produzir prova pericial;
- B) emfim, o Juiz de Direito converteu o julgamento em diligência a fim de produzir prova pericial;
- C) enfim, o Juiz de Direito converteu o julgamento em diligência afim de produzir prova pericial;
- D) em fim, o Juiz de Direito converteu o julgamento em diligência afim de produzir prova pericial.

29. Preencha correta e respectivamente as lacunas da frase, de acordo com a norma da conjugação verbal: _____ nas palavras dos mestres: “Em tempos de caos, se nos _____ unidos e se a ordem estabelecida não _____ em nossa liberdade, aos poucos, tudo voltará ao normal”.

- A) Meditemos – mantermos - intervier
- B) Meditamos – mantivemos – intervir
- C) Meditemos – mantivermos - intervier
- D) Meditamos – mantivermos - intervir

30. Assinale a alternativa em que uma forma verbal foi empregada incorretamente:

- A) Se a testemunha depor favoravelmente, o réu será absolvido.
- B) O superior interveio na discussão, evitando a briga.
- C) Quando eu reouver o dinheiro, pagarei a dívida.
- D) Quando você vir João, diga que estou com saudades.

SENTENÇA DE NATUREZA CÍVEL

Leia os seguintes fatos e dados.

JAX RIDER, ao tentar adquirir uma motocicleta financiada, teve ciência de que o seu nome foi inscrito no SPC - Serviço de Proteção ao Crédito pela Loja BURNER PHONES LTDA., em razão de uma dívida no valor de R\$ 3.000,00, pela compra de um telefone celular. Diante dos fatos, JAX RIDER, se dirigiu ao Juizado Especial da Comarca de Almenara e, mediante atermção, ajuizou uma ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais, em face da Loja BURNER PHONES LTDA, ao argumento de que nunca adquiriu qualquer telefone celular na referida loja. Requer que seja declarada a inexistência do débito, bem como que a loja seja condenada ao pagamento dos danos morais sofridos pela inscrição indevida do seu nome no órgão de proteção ao crédito, sugerindo, a título de indenização, o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Com a inicial, a parte autora juntou certidão do SPC, com o seu nome inscrito pelo citado estabelecimento comercial.

Citada, a Loja BURNER PHONES LTDA em sua defesa, preliminarmente, sustenta a inépcia da atermção e sua ilegitimidade passiva, ao argumento de que foi vítima de fraude praticada por terceiros, uma vez que a compra fora realizada por terceiro, em nome do autor, com apresentação de documentos falsos. Aduz que observou todos os procedimentos necessários para realizar o negócio e que também foi vítima do evento, razão pela qual não pode ser responsabilizada. No mérito, sustenta que caso ultrapassada as preliminares, que a fraude praticada por terceiros afasta eventual caráter ilícito de sua conduta e não gera, portanto, dano a ser indenizável. Ainda, argumentou que o autor não sofreu nenhuma lesão ao seu direito da personalidade. Ao final requer a improcedência

dos pedidos iniciais e, em caso de procedência da ação, o valor atribuído aos danos morais sejam fixados com fundamento nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Registre-se que na contestação, a Loja requerida não apresentou os documentos utilizados para a aquisição do aparelho celular.

Intimadas, às partes pugnaram pelo julgamento antecipado da lide.

Com base na situação hipotética apresentada, na qualidade de Juiz Leigo, ELABORE O PROJETO DE SENTENÇA, devidamente embasado na legislação, na doutrina e/ou na jurisprudência. Analise toda a matéria de direito processual e material pertinente para o julgamento. Deve se basear apenas nos fatos narrados e, em hipótese alguma, crie fatos e dados novos.